SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

COORDENAÇÃO NACIONAL Conlutas DE LUTAS
Filiado à Conlutas

Sexta-feira, 9 de abril de 2010 - Número 375 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

14 de abril é dia de luta!



fotos:Paulo Almeida





Imagens do Congrejufe, que reuniu cerca de 600 servidores do país

Em defesa do PCS-4, contra o congelamento de salário e pelo fim do imposto sindical

Na próxima quarta-feira, 14, o relator do PL 6613 (PCS-4) deve colocar o projeto em votação na Comissão de Trabalho da Câmara

Os servidores são chamados novamente a ir à luta por seus direitos e salários. Na próxima quarta-feira, dia 14, o relator do PL 6613 (PCS-4), deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM) deve colocar o projeto para votação na Comissão de Trabalho da Câmara. Como parte das atividades de mobilização para garantir a aprovação do projeto, no dia 14 o Sintrajud realizará atos nos tribunais (veja quadro ao lado) para pressionar os parlamentares a aprovarem o projeto. Haverá também caravanas a Brasília para acompanhar a votação na Comissão de Trabalho.

Para a diretora do Sintrajud Angélica Olivieri, é fundamental a participação dos servidores nessas atividades, pois só dessa forma os direitos serão garantidos. "Já estamos em abril e até agora não há qualquer definição com relação ao nosso projeto. Dia 22 muda o presidente do STF e nosso projeto já deveria estar votado. Além disso, é um ano eleitoral e nós sabemos que a partir de junho os deputados só estarão preocupados com a eleição. Por isso a hora é a agora. O servidor tem que estar consciente que sem luta não haverá vitória."

O relator do projeto disse ao diretor do Sintrajud e coordenador da Fenajufe, Antonio Melquiades, que iria fazer o possível para colocá-lo na pauta da próxima semana. Para Melqui, a categoria deve aumentar a mobilização.

Ele destaca que além da aprovação do PCS-4, a luta deve ser contra o imposto sindical, contra o congelamento de salário e em defesa do serviço público.

Locais e horários dos atos do dia 14

JT/Barra Funda
No Fórum Ruy Barbosa, às 13h
TRF/JF
No TRF, às 13h
TRE
Na entrada do prédio da rua Francisca Miquelina, às 13h

Projeto do MPU tem pedido de vista

Na sessão da última quarta-feira, 7, somente o PL 6697, que revisa os salários dos servidores do MPU estava na pauta. Porém a votação não ocorreu porque o deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS) pediu vistas ao projeto. Vice-líder do governo na Câmara, Busato sugeriu que fosse realizada uma audiência pública ou a criação de uma comissão especial para analisar todos os projetos de reajuste de servidores. As duas propostas foram rejeitadas.

De acordo com Melqui, o mesmo desgaste que ocorreu durante a votação do projeto do MPU pode ocorrer com relação a votação do projeto do Judiciário. Para o diretor do Sintrajud, a bancada do governo está dividida e o governo tenta barrar os projetos dos servidores. Medidas como pedir vistas, a retirada de pauta e solicitações como a de audiências, segundo ele, são parte dessa estratégia de articular contra os servidores. "Os projetos já foram amplamente debatidos e uma audiência levaria de dois a três meses para acontecer", sustenta.

Dia 15 terá ato nacional em Brasília

No dia 15 haverá marcha em Brasília com servidores de todo o país contra o congelamento de salário, a precarização do serviço público e em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Às 9 horas haverá uma caminhada na Esplanada dos Ministérios e em seguida um ato no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

"Estamos numa luta conjunta. O governo está pressionando para aprovar o PLP 549, que prejudica todos os servidores, pois restringe os recursos orçamentários para despesas com pessoal e estabelece novos limites de gastos com o funcionalismo na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)" ressalta a diretora do Sintrajud e da Fenajufe, Ana Luiza Figueiredo.

Oficiais de Justiça fazem reunião no dia 14

Balanço do Congrejufe, aposentadoria especial para oficiais, novas ações judiciais e a participação nas lutas pelo PCS-4 serão os temas da reunião. Será às 14h30, no auditório do TRF.

Principais reivindicações

Aprovação do PCS-4
Contra o PLP 549 (congelamento de salário)
Redução da Jornada sem redução de salário
Contra o Imposto Sindical

Sintrajud faz campanha contra o Imposto Sindical• Pág 3

Sindicato convoca Conselho de Base, dia 17 • Pág 2

Veja as principais resoluções do 7º Congrejufe • Pág 3

OPINIÃO DO SINTRAJUD

Solidariedade aos professores

Os professores e funcionários da rede estadual de São Paulo deflagraram greve no dia 8 de março e nesta quinta decidiram encerrá-la. Com salários defasados, péssimas condições de trabalho, salas de aula superlotadas, falta de estrutura e de material didático, jornadas estafantes e falta de concursos públicos – cerca de metade dos professores da rede são temporários –, compõem o caos da educação.

A greve da categoria foi mais do que salarial, foi em defesa da educação pública, de qualidade. Os trabalhadores exigem além do reajuste de 34,3%, a redução do número de alunos por sala, a incorporação de todas as gratificações e o fim da avaliação por mérito, entre outras reivindicações.

A educação vem se deteriorando desde a década de 1990. Naquela época, as salas tinham no máximo 35 alunos e o piso salarial dos professores era equivalente a cinco salários mínimos. Hoje, o piso do professor do 6º ao 9º ano (antiga 5ª a 8ª série) é de R$ 1.515, 53, por 40 horas semanais, com um vale-alimentação aviltante de R$ 4.

Se o governo estivesse interessado em melhorar a educação pública, o primeiro passo seria valorizar seus profissionais. Mas o que vem ocorrendo é o contrário. A política tem sido responsabilizá-los pela má qualidade. Os professores recebem gratificação de desempenho proporcional à nota da escola no Índice de desenvolvimento da Educação de São Paulo (Idesp). Obviamente o aprendizado do aluno reflete toda a política adotada pelos governos, que não investem na educação. Os últimos números divulgados neste ano revelam que os estudantes da rede concluem o ensino médio com aprendizado equivalente ao do 9º ano (antiga 8ª série), ou seja, com três anos de defasagem.

Essa tem sido a política adotada para os serviços públicos, que, em geral, atendem a população de baixa renda. Quem não pode pagar sente na pele os prejuízos da falta de investimentos. Isso não é exclusividade do governo tucano, há exemplos pelo país afora. É o caso dos professores e funcionários da Universidade de Brasília (UnB) que estão há quase um mês em greve, depois que o Ministério do Planejamento determinou o corte do pagamento de uma gratificação que a categoria recebia desde 1987, que representa cerca de 26,5% dos salários.

A greve dos professores foi um alerta. Os ataques que eles sofrem hoje são ameaças aos servidores do Judiciário.

A greve dos professores foi um alerta. Os ataques que eles sofrem hoje são ameaças aos servidores do Judiciário. Basta ver o PLP 549, do governo federal, que congela os gastos das despesas com pessoal e encargos sociais da União e com obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas da administração pública. Defendemos e apoiamos essa luta. Parafraseando Brecht, no poema "A indiferença", esperamos, no futuro, não ter que dizer: primeiro sucatearam a educação, mas eu não era professor...

IDÉIAS

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Unidade da Categoria

***Rodrigo Carneiro**

Quando nos disponibilizamos a dissertar sobre a conjuntura do governo, assunto tratado com destaque no 7º Congrejufe, realizado em Fortaleza (CE), sendo prioridade no grupo a que estava inserido, grupo este que tinha em sua composição, servidores de outros Tribunais do país e com diferentes opções ideológicas com alguma coisa em comum, percebemos que o grupo precisa estar não só unido, mas coeso, para que o governo em sua ideologia não prejudique mais a categoria.

Quem cala consente e se ficarmos de braços cruzados, o governo jamais atenderá as nossas reivindicações. Para isso, não podemos nos concentrar em fazer digressões, como as que põem em voga querelas da CUT com a Conlutas, somente comprometidas com a propedêutica para corroborar as nossas reivindicações e anseios, voltadas para o cerne da questão, que nada mais é do que a busca de nossos direitos e as melhores condições de trabalho desta massa pensante, que é a nossa categoria.

Devemos não só ter pontos de vista próprios, mas ter pontos de vista que não sejam danosos à categoria, como aqueles projetos que nos prejudicam, pois se há liberdade, ela não pode prejudicar a do outro, pois seria o que chamo de libertinagem, uma liberdade pessoal e egocêntrica. Vamos justificar a nossa razão de ser sem perder o caráter da luta que equaliza, algo que vinha se perdendo na categoria, quando um pequeno grupo se acomodou e não percebeu para onde estávamos indo.

As nossas conquistas são o fruto de nossas lutas, feitas através de uma coletividade com consciência social, não meras influências, gabadas por qualquer egoísmo e prepotência de que Fulano fez isso e aquilo. Uma andorinha só não faz verão, mas juntos farão.

Precisamos lutar contra a situação periclitante imposta por um Estado que visa aumentar a sua dominação burocrática, menosprezando o projeto de lei da categoria enquanto vende a imagem de servidores com morosidade, o mesmo argumento ideológico pejorativo da direita que destaca os estigmas da esquerda e faz apologia à supostas virtudes da direita, que muitas vezes não passam de um devanir, de um vir a ser.

As divergências entre os grupos existem, mas concentrar-se nas divergências internas é esquecer-se ou desviar-se da realidade, e que fora disso, o governo ataca maciçamente a categoria com projetos danosos a todos, é uma estratégia para manter o *status quo* de um Estado que quer depreciar a todos nós, argumentando ineficácia dos servidores perante burlesca máquina burocrática, mediante o disparate de um governo que ao acatar projetos urgentes urgentíssimos e não o nosso, que já passou por várias comissões e continua correndo o risco de ser esquecido.

*** Rodrigo Carneiro de Oliveira é diretor de base do TRT/Barra Funda**

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br,* contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

AGENDA

09 DE ABRIL

Reunião dos servidores do Fórum das Execuções, às 13h

13 DE ABRIL

Reunião do Coletivo de Saúde, às 19h30, na sede do Sintrajud

14 DE ABRIL

Atos/assembleias, às 13 horas, no TRF, TRE e JT/Barra Funda Reunião do Núcleo dos Oficiais de Justiça do Sintrajud, às 14h30, no auditório do TRF

15 DE ABRIL

Dia Nacional de Luta. Marcha em Brasília, a partir das 10h

17 DE ABRIL

Conselho de Base, das 10h às 17h, e Assembleia Estadual, às 17h

24 DE ABRIL

Reunião ampliada deliberativa da Fenajufe, em Brasília

1º DE MAIO (Dia do Trabalhador)

Ato, às 10 horas, na Praça da Sé

12 DE MAIO

Lançamento do livro do professor Herval Pina Ribeiro "Os operários do Direito" , às 19h30, no auditório do Sintrajud

IMAGEM



Bombeiros retiram ferido em deslizamento no Rio de Janeiro

Edital de convocação da 28ª reunião do conselho de base do Sintrajud/SP

O SINTRAJUD, por suas coordenadoras, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade *(conforme parágrafo 1º do artigo 25)*, faz saber que fará realizar a **28ª Reunião do conselho de base do sintrajud,** no dia 17 de abril do ano corrente, às 9h, em primeira convocação – no Hotel Shelton (Av. Cásper Líbero, 115, Centro – Salão República).

1. Informes: Tramitação dos PCS's Judiciário e MPU, Campanha Contra o Congelamento Salarial, avaliação do 7º CONGREJUFE e finanças do Sintrajud;
2. Campanha Contra Imposto Sindical e Campanha de Sindicalização;
3. Avaliação das manifestações dos dias 14 e 15/04 e deliberações sobre o indicativo de 05 e 06 de maio para o começo da GREVE por tempo indeterminado;
4. Definição e divisão de tarefas da greve entre os diretores da executiva e de base;
5. Congressos da Conlutas e de Unificação;
6. Apresentação e debate das teses;
7. Assembléia Geral Estadual do Sintrajud;
8. E, outros assuntos de interesse da categoria.

A 28ª Reunião do Conselho de Base será aberta para todos os associados com o direito a voz. Competindo a Diretoria Executiva, Direção de Base e Representantes dos Aposentados, o direito a voz e voto.

Solicitamos a confirmação de presença até o dia 15/04/10, na Secretaria no telefone: (11) 3222-5833, com as funcionárias Carla ou Juliana, e/ou por e-mail: secpolitica@sintrajud.org.br, ou ainda em www.sintrajud.org.br para garantirmos toda a infra-estrutura do Conselho.

São Paulo, 07 de abril de 2010

Ana Luiza - Coordenadora Executiva

Leica Silva - Coordenadora Geral

Organização

7º Congrejufe aprova greve em maio pelo PCS-4

Mobilizações contra o congelamento de salário também foi aprovado no Congresso

Mobilizar a categoria pela aprovação do PCS-4 e contra o congelamento dos salários foram as principais decisões do 7º Congrejufe, realizado em Fortaleza/CE, entre os dias 27 e 31 de março.

O congresso definiu que entre 13 e 23 de abril acontecem paralisações e atos em todo o país, e no dia 6 de maio começa a greve nacional. "Vamos colocar nas ruas os servidores e isso significa que vamos desnudar a política do governo Lula que ataca a classe trabalhadora", afirmou Antonio Melquíades, o Melqui, diretor do Sintrajud e reeleito coordenador da Fenajufe. Pelo calendário aprovado, no dia 24 de abril acontece uma reunião ampliada da federação, em Brasília, para deflagrar a greve caso o Congresso não aprove o PCS-4



foto:Paulo Almeida

Delegados do Luta Fenajufe participam do congresso

Veja as principais resoluções do congresso

Alguns avanços

O congresso alterou o estatuto da Fenajufe, definindo as Reuniões Ampliadas como instância deliberativa. Agora as suas decisões têm maior poder do que a diretoria colegiada, estando abaixo somente do congresso e da plenária estatuária.

Segundo Adilson Rodrigues, diretor de base do Sintrajud em Santos e delegado ao congresso, a Reunião Ampliada deliberativa é importante "por ser um fórum qualificado que pode ser convocado rapidamente para discutir as lutas da categoria".

Outra decisão importante foi a redução do quórum para a eleição dos delegados à ampliada. Agora são necessários 500 sindicalizados ou fração de 251 para eleger um delegado, o que vai facilitar a participação de mais servidores da base.

Críticas ao governo Lula

No tema sobre conjuntura, a plenária abordou a crise do capitalismo, assunto debatido no primeiro dia de congresso, entre o historiador Valério Arcary e o presidente nacional da CUT, Arthur Henrique.

De acordo com o diretor da federação e delegado pelo Sindijufe (MT), Pedro Aparecido de Souza, do movimento Luta Fenajufe, até 2002 eram esperadas as privatizações e o desmonte do Estado. O que não se esperava é que Lula seguisse a mesma política. Pedro disse que "Lula, PT e seus filiados deram mais dinheiro para socorrer bancos do que deu FHC" e finalizou: "250 bilhões de superávit primário e ameaça de congelamento salarial".

Luta Fenajufe elege diretores e vai defender federação desatrelada de governos

Os delegados elegeram a direção da Fenajufe que estará à frente da entidade nos próximos três anos. São Paulo elegeu Antônio Melquíades e Ana Luiza Figueiredo, que em seu discurso destacou a necessidade de a nova direção conduzir a luta pelo PCS e em defesa dos direitos da categoria. Disse ainda que a atuação desatrelada de governos e administrações continuará sendo um princípio defendido pelos servidores que integram o movimento Luta Fenajufe.

Não ao Imposto Sindical

Embora a maior parte dos sindicatos seja contra o imposto, isso não eliminou as polêmicas em torno do tema, e os sindicatos cutistas não responderam à contradição de se pronunciarem contra a cobrança e estarem em uma central sindical que em 2009 recebeu R$ 21 milhões vindos dela.

O 7º Congrejufe se posicionou contra o imposto, repudiou a postura da Confederação de Servidores Públicos do Brasil de exigir o recebimento do imposto, denunciou a postura do Conselho da Justiça Federal que acatou o pedido da confederação e ainda aprovou medidas políticas e jurídicas contra a cobrança.

Filiação à CUT é mantida mesmo com 80% dos sindicatos fora da central

A maior parte dos delegados optou por manter a filiação da Fenajufe à CUT. A decisão acontece quando apenas seis sindicatos, dos 33 filiados à federação, estão naquela central e um deles, o da Bahia, suspendeu o pagamento há um ano. A maioria também decidiu manter a Fenajufe afastada da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (Cnesf), que está sendo rearticulada para lutar contra o congelamento de salários.

O movimento Luta Fenajufe continuará defendendo o rompimento com a CUT, a volta à Cnesf e o fortalecimento das lutas dos servidores.

Sintrajud em campanha contra o imposto sindical

Contrário à cobrança do imposto sindical, o Sintrajud moveu ação judicial, requerendo o impedimento dos descontos, a devolução dos valores e a nulidade da Instrução Normativa 1/2008 do Ministério do Trabalho, que prevê a cobrança dos servidores.

O Sintrajud está em campanha contra essa contribuição compulsória. Se não conseguir judicialmente, a diretoria do Sindicato vai propor na próxima assembleia devolver ao servidor os valores que cabem ao Sintrajud (60%) e à Conlutas (10%), que também é contra o imposto.

"Somos contra o imposto, pois defendemos a contribuição voluntária do sócio. Somente dessa forma vamos manter o sindicato forte e independente", disse a diretora do Sintrajud Leica Silva. Ela criticou a postura da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil) que nunca defendeu os servidores, mas moveu a ação requerendo o recolhimento do imposto sindical dos trabalhadores do Judiciário Federal ao CJF.

"Esse imposto só serve para dar dinheiro a entidades pelegas que não estão preocupadas com o servidor", ressaltou o diretor do Sintrajud e servidor do TRF, Cléber Aguiar

A atitude do CJF também foi criticada pela diretoria do Sintrajud. O CJF foi o único Conselho a determinar o desconto. No TSE e TST não haverá desconto.

Criado no pior momento da ditadura de Vargas, na década de 1940, o imposto sindical nunca foi cobrado dos servidores, pois a sindicalização destes trabalhadores era proibida. Quando a organização sindical dos servidores foi conquistada, na Constituição de 88, vivia-se uma época de grandes mobilizações, o que permitiu que os novos sindicatos nascessem independentes do Estado.

Após a legalização das centrais sindicais, em 2008, elas tiveram acesso a 10% dos recursos vindos do imposto, o que permitiu que a CUT embolsasse, só em 2009, R$ 21 milhões. "O Ministério do Trabalho autorizou a cobrança sobre os servidores públicos para aumentar o caixa das centrais governistas e acabar com a autonomia dos sindicatos que se enfrentaram com o governo Lula", explicou Cláudio Klein, diretor de base do Sintrajud e servidor do TRF-3.

Os servidores da JF/TRF-3 foram informados que o desconto, que equivale a um dia de trabalho, será feito este mês. Para Cléber Aguiar, os servidores devem participar das assembleias e votar contra mais esse ataque à autonomia e liberdade de organização sindical.

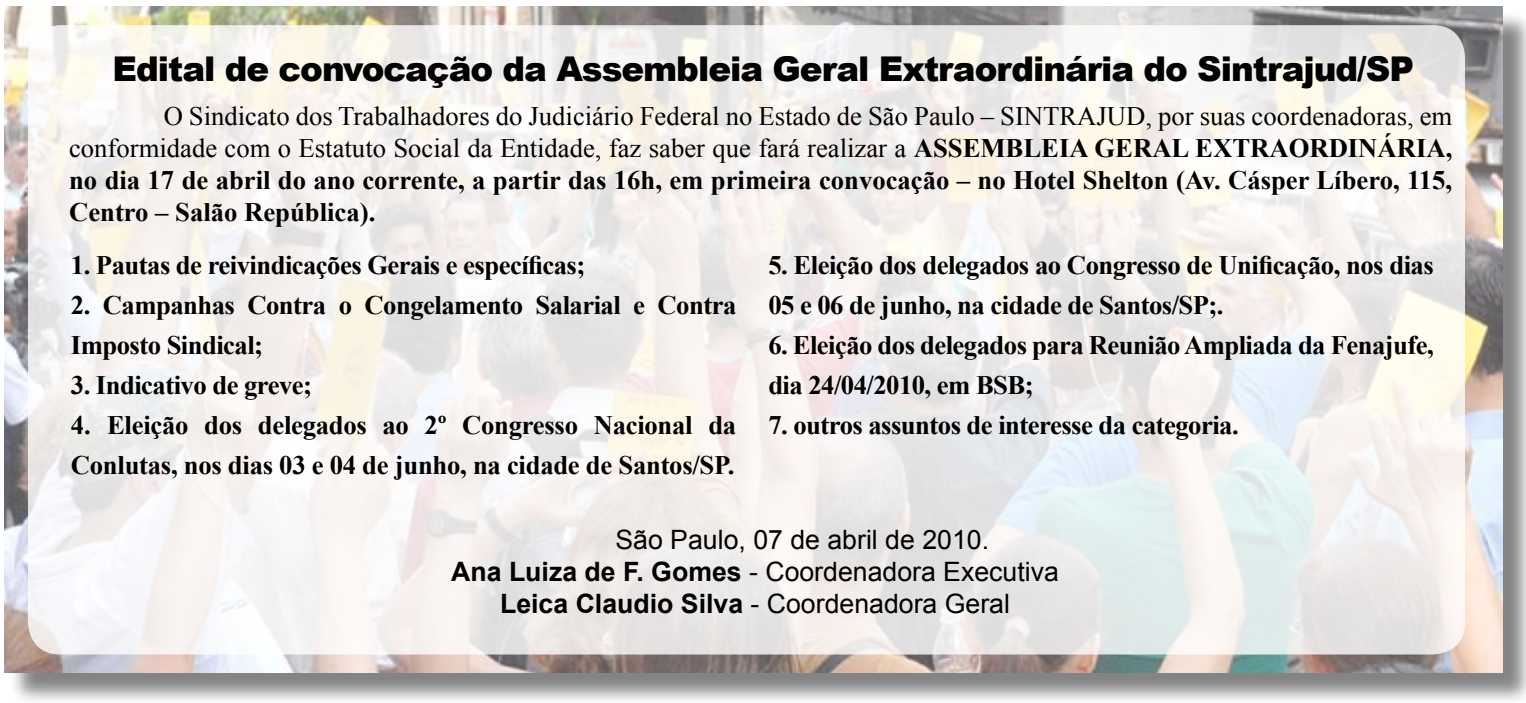
Reorganização

Assembleia elege delegados ao Congresso da Conlutas e de unificação

Ativistas sindicais e de movimentos sociais de todo o país se reunirão para se unificar em uma nova central

Nos dias 3 e 4 de junho acontece na cidade de Santos, litoral de São Paulo, o 2º Congresso da Conlutas. Em seguida, nos dias 5 e 6, será realizado o Congresso de Unificação. O Sintrajud vai eleger os delegados que representarão a categoria nos congressos no dia 17/04, sábado, na assembleia geral.

O Congresso da Conlutas será um momento importante para fazer o balanço da entidade desde a sua fundação. Será também decisivo, pois os delegados vão votar se a Conlutas irá ou não se unificar com outras entidades, como a Intersindical. A fusão será o ponto central do Congresso de Unificação, que também determinará o caráter dessa nova organização prestes a nascer.



Edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária do Sintrajud/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por suas coordenadoras, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 17 de abril do ano corrente, a partir das 16h, em primeira convocação – no Hotel Shelton (Av. Cásper Líbero, 115, Centro – Salão República).**

1. Pautas de reivindicações Gerais e específicas;
2. Campanhas Contra o Congelamento Salarial e Contra Imposto Sindical;
3. Indicativo de greve;
4. Eleição dos delegados ao 2º Congresso Nacional da Conlutas, nos dias 03 e 04 de junho, na cidade de Santos/SP.
5. Eleição dos delegados ao Congresso de Unificação, nos dias 05 e 06 de junho, na cidade de Santos/SP;.
6. Eleição dos delegados para Reunião Ampliada da Fenajufe, dia 24/04/2010, em BSB;
7. outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 07 de abril de 2010.
Ana Luiza de F. Gomes - Coordenadora Executiva
Leica Claudio Silva - Coordenadora Geral

Internacional

Delegação da Conlutas leva solidariedade ao Haiti

Em blog, delegação relata o cenário de destruição e resistência do povo haitiano

Uma delegação da Conlutas, com representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região e do Andes-SN (Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Superior) embarcou para o Haiti para prestar solidariedade ao povo haitiano. A situação da população do país, que já era difícil, ficou ainda pior depois do terremoto que atingiu Porto Príncipe, sua capital. "O que me chama a atenção é a total ausência do Estado. De modo geral, a população depende, única e exclusivamente, de suas próprias forças", diz o diretor do Andes e membro da delegação Hélvio Mariano, no blog da delegação que conta um pouco do que ocorre naquele pedaço da América Central. A delegação relata um flagrante: "uma manifestação contra o presidente do Haiti, René Préval, reuniu uma centena de pessoas. De perto, soldados da Minustah (força de ocupação da ONU liderada pelo Brasil) desfilavam suas viaturas, armas e o escudo das Nações Unidas. Ninguém da delegação teve dúvida do caráter intimidatório da ação". O endereço é www.conlutasnohaiti.blogspot.com. Há também fotos e vídeos.



foto:Rodrigo Correa

Haitianos participam de debate com membros da Conlutas

Chuvas de Abril

Diante da catástrofe do Rio, governantes culpam natureza e vítimas

Prefeito acusa natureza; Cabral e Lula culpam ocupações em áreas de risco

Anoiteceu mais cedo na Cidade Maravilhosa na segunda-feira (5). Os relógios ainda não marcavam 17 horas e os faróis dos automóveis já estavam acesos nas ruas do Rio. Prenúncio da tragédia que, horas mais tarde, faria algumas dezenas de mortos – 120 até a tarde de quarta.

A cidade parou nas primeiras horas da noite de segunda e entrou assim na madrugada de terça. Às 3 horas da manhã, um ônibus da linha 415, que liga o Leblon, na Zona Sul, à Usina, na Zona Norte, ainda penava no engarrafamento da rua Dr. Satamini, uma das principais da Tijuca, um dos bairros do norte da cidade mais castigados pelas chuvas. A cena se repetiu por uma infinidade de ruas e avenidas cariocas.

No Rio Comprido, um pequeno prédio de três andares no Morro dos Prazeres desabou. "Falam em 30 mortos, não sei se é verdade, mas sei que já resgataram dez corpos", relatou um morador próximo ao local. Desastres similares se repetiram em diversos pontos da cidade e da região metropolitana.

Famílias inteiras foram engolidas pela mistura de terra, lama e concreto de áreas que não resistiram e desabaram diante de 12 horas ininterruptas de chuva.

Diante da catástrofe e ainda em meio à tragédia, autoridades se apressaram em pôr a culpa em terceiros. A natureza e as próprias vítimas foram eleitos os principais vilões. O prefeito Eduardo Paes disse que choveu demais. Constatação óbvia, ignora o fato de a própria prefeitura já ter reconhecido recentemente a inexistência de um plano preventivo para evitar tragédias como essa.

O governador Sérgio Cabral Filho responsabilizou as supostas construções em áreas de risco. O presidente Lula também culpou as ocupações irregulares, seguindo os passos do governador que, recentemente, teria ido às lágrimas por causa da possível perda de R$ 7,5 bilhões de royalties do petróleo, recursos extras recebidos todo ano e que de nada parecem ter servido para evitar os óbitos destes dois dias.

Nenhuma autoridade fez "mea-culpa" sobre o gritante despreparo para evitar e lidar com situações críticas, mas previsíveis, como essa, nas quais chove mais do que o de costume. Preferiram apontar juntos os culpados de sempre.

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000